

OS TREMEMBÉ DE BURITI E SÍTIO SÃO JOSÉ E O ‘NOVA  
ATLÂNTIDA – CIDADE TURÍSTICA E RESIDENCIAL’:  
INCLUSÃO/EXCLUSÃO DE POVOS INDÍGENAS?<sup>1</sup>

*THE TREMEMBÉ OF BURITI AND SÍTIO SÃO JOSÉ AND ‘NOVA  
ATLÂNTIDA – TOURIST CITY AND RESIDENTIAL RESORT’:  
INCLUSION/EXCLUSION OF INDIGENOUS PEOPLES?*

*LOS TREMEMBÉ DE BURITI Y SÍTIO SÃO JOSÉ Y EL ‘NUEVA  
ATLANTIDA – CIUDAD TURÍSTICA Y RESIDENCIAL’:  
INCLUSIÓN/EXCLUSIÓN DE PUEBLOS INDÍGENAS?*

Isis Maria Cunha Lustosa

IESA/UFG – Doutoranda em Geografia; MMA/PDA – Assessora Técnica;  
SQN 208, Bl. D, Apto. 401, Brasília – DF, CEP.: 70.853.040  
E-mail: isis.lustosa@mma.gov.br

**Resumo**

O artigo versa sobre a situação enfrentada pelos Tremembé das Comunidades Buriti e Sítio São José, no município de Itapipoca - Ceará, face um mega-projeto turístico internacional imposto a estes povos indígenas. Os conflitos ocasionados nestas comunidades causam desacordos até entre familiares. Muitos estão negando ser índio, pois cedem a cooptação por meio dos salários ofertados pelos empreendedores e, também refutando a existência de índios nessas comunidades. Outros, estão se organizando como ‘índios’ para reivindicar seus direitos territoriais junto ao Estado frente à ameaça deste mega-projeto. Aproveito para expandir esta discussão sobre os povos indígenas e o turismo na interface da Geografia e da Antropologia, bem como identificar o avanço dos projetos governamentais e/ou privados de turismo sobre as Terras Indígenas no Brasil.

**Palavras-chave:** povos indígenas, turismo, Tremembé, projetos governamentais / privados.

---

<sup>1</sup> Artigo desenvolvido a partir da pesquisa do doutorado em Geografia sob orientação da Professora Dra. Maria Geralda de Almeida no Instituto de Estudos Sócio-Ambientais/Universidade Federal de Goiás.

### **Abstract**

This article is about the situation faced by the Tremembé of Buriti and Sítio São José communities in the municipality of Itapipoca - Ceará, in relation to an international tourist mega-project imposed on these indigenous peoples. The conflicts brought onto these communities have caused tensions within families. Many are denying that they are Indians, as they capitulate to co-optation in exchange for wages offered by the entrepreneurs and, are also denying the existence of Indians in these communities. Yet others are organising themselves as 'Indians' to claim land rights by the State in view of the threat posed by this mega-project. I take the opportunity to expand this discussion on indigenous peoples and tourism at the interface of Geography and Anthropology, and also to identify the advance of governmental and/or private tourist projects on Indian Lands in Brazil.

**Key-words:** Indigenous peoples, tourism, Tremembé, governmental/private projects.

### **Resumen**

El trabajo trata de la situación enfrentada por los Tremembé de los pueblos Buriti y Sítio São José, en el municipio de Itapipoca – Ceará, frente a un mega-proyecto turístico internacional impuesto a estos pueblos indígenas. Los conflictos en estos pueblos resultan en desacuerdos, mismo entre parientes. Muchos se están negando a ser indio, pues ceden a la cooptación por medio de sueldos ofrecidos por los emprendedores quienes también, niegan la existencia de indios en estos pueblos. Otros están se organizando como 'indios' para reivindicar sus derechos territoriales junto al Estado face a la amenaza de este mega-proyecto. Aprovecho para extender esta discusión sobre los pueblos indígenas y el turismo en la interface de la Geografía y la Antropología, bien como para identificar el avance de los proyectos gubernamentales y/o privados de turismo sobre las Tierras Indígenas en el Brasil.

**Palabras-Claves:** pueblos indígena, turismo, Tremembé, proyectos gubernamentales/privados.

### **Introdução**

À diferença do que julga a opinião pública em sua maioria, os povos indígenas do Brasil não estão localizados apenas na Amazônia e no Brasil Central, lugares de acesso remoto em que a sociedade nacional ainda se expandia no século XX. Habitam também as mais antigas áreas de colonização do país, como o Nordeste [...] do país, constituindo-se não só como importantes atores políticos e interlocutores das políticas públicas, mas também inspirando estudos fecundos e interessantes formulações analíticas [...] Ao tornar disponíveis etnografias e interpretações sobre essa parcela menos conhecida dos indígenas do país, temos a esperança de que a reunião e divulgação [...] desses trabalhos propicie bons exemplos de pesquisas

[...] com povos indígenas no Nordeste [...]. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 10)

Pesquisar sobre o tema ‘povos indígenas e o turismo’ no Brasil é partir para um campo ainda pouco explorado. Neste artigo apresento algumas reflexões das interpretações de membros do povo Indígena Tremembé das comunidades Buriti e Sítio São José no Município de Itapipoca, no estado do Ceará, sobre o impacto de um empreendimento turístico internacional - Nova Atlântida – Cidade Turística e Residencial - que invade as suas terras tradicionais e ameaça expropriá-las e, automaticamente excluí-los de suas Terras Indígenas. As comunidades Tremembé de Buriti e Sítio São José estão divididas entre os que querem ser índios e assim reivindicar suas terras perante o Estado, e aqueles cooptados pelo empreendimento ‘Nova Atlântida’ por salários a dizer que não há índios nestas comunidades e que querem o empreendimento turístico. Antes de discutir sobre os Tremembé de Buriti e Sítio São José, cabe refletir sobre as pesquisas no tema de ‘povos indígenas e o turismo’ e mencionar alguns casos em que se efetivaram projetos turísticos com comunidades indígenas considerando-as ‘incluídas’ nestes projetos. Nesta discussão apresento reflexões iniciais sobre as propostas e/ou implementação de projetos de turismo que ‘incluem ou excluem’ os povos indígenas.

### **Interface disciplinar para discutir os povos indígenas e o turismo**

Na ampla produção sobre os povos indígenas, destaca-se a Antropologia, cujo objeto tradicional de estudo era os povos indígenas, apesar de uma grande diversificação de pesquisas nas últimas décadas. O ensaio ‘Tourism as an Anthropological Subject’ de Nash (1981) examina por meio de uma perspectiva crítica o pensamento dos antropólogos sobre o tema do turismo. Burns (2002) apresenta uma reflexão mais recente sobre turismo e antropologia, abordando as complexidades do turismo. Na concepção de Burns a “Antropologia [...] pode ser uma ferramenta poderosa para a compreensão do turismo - atividade que, cada vez mais, incorpora territórios e sociedades, produzindo trocas econômicas e culturais nem sempre igualitárias.” (2002, p. 15). Entretanto, na área de etnologia indígena, apesar de uma proliferação de temas mais diversos, constam poucas pesquisas referentes aos impactos do turismo sobre os

povos indígenas. Para Grünewald, um dos primeiros etnólogos a focar o turismo e povos indígenas no Brasil, com pesquisa entre os índios Pataxó do litoral da Bahia, “o turismo é um assunto pouco trabalhado pela Antropologia, embora crescentes esforços se direcionem para esse tema, uma vez que a chamada “indústria do turismo” é inegavelmente uma das mais prósperas do mundo pós-moderno.” (2001, p. 14-15).

Quais os impactos do turismo para os povos indígenas? Como os povos indígenas interpretam o turismo ou os projetos de turismo em suas comunidades e, no caso de se apropriarem de projetos de turismo, como se vêem nestes projetos? Errington e Gewertz (1989) exploram alguns dos impactos do turismo sobre povos indígenas no rio Sepik, em Papua Nova Guiné, e as representações diversas que os turistas, que praticam tipos diferentes de turismo, constroem a respeito dos povos indígenas daquela região. No Parque Nacional de Kakadu, no norte da Austrália, Moreton-Robinson e Runciman (1990) argumentam que políticas públicas, que visam introduzir autonomia indígena, acabam impondo novas formas de dominação. Uma das políticas da Comissão de Turismo do Território do Norte da Austrália é de promover o turismo cultural e tentar envolver os aborígenes em atividades turísticas como guias ou dançarinos.

Acrescentam estes autores que poucos aborígenes em Kakadu aceitaram estes empregos, e que a Comissão de Turismo tem se apropriado de imagens estereotipadas de cultura indígena, como se fosse estática, para vender pacotes turísticos. Afirmam que a maior parte dos lucros gerados por turismo em Kakadu é apropriada pelas empresas turísticas e que os aborígenes têm beneficiado muito pouco do turismo. Na região ártica do Canadá, Notzke (1999, p. 55) assegura que “alguns povos indígenas estão explorando formas inovadoras de atrair turistas no intuito de complementar sua economia tradicional em vez de se deixarem ser dominados pelo turismo.” Somente por meio de pesquisas etnográficas de longa duração poder-se-ia revelar as complexidades de tais situações e os impactos do turismo sobre os povos indígenas.

Considero a prática do turismo em Terras Indígenas embrionário como objeto de pesquisa acadêmica no Brasil. Na Geografia as pesquisas voltadas para o que se convém chamar ‘turismo indígena’, são incipientes. Apesar disso, entre os estudos acadêmicos importantes sobre o turismo, compreende-se que:

o turismo, no mundo globalizado, é uma fonte múltipla de revitalização demográfica, econômica, patrimonial e cultural. Neste caso, o turismo revela-se como um campo propício para a reprodução e a consolidação dos valores e interesses de grupos capitalistas

privados e do Estado. São esses que definem o modelo de desenvolvimento turístico, isto é, o conjunto de estratégias desenhadas para alcançar objetivos determinados. Para outros estudiosos, o turismo tem seus aspectos negativos, como a destruição do ambiente, a poluição, a comercialização da cultura, a sobrecarga dos sítios, a perturbação das paisagens etc.

Enfim, fonte de mais valia para alguns e de destruição para os outros, o turismo por mais ordinário que seja é, atualmente, um acontecimento simultaneamente revelador e misterioso. (ALMEIDA, M., 2003, p. 11).

A produção intelectual de alguns geógrafos brasileiros discute sobre o turismo. Para Almeida, M. (2006, p. 121) “o turismo avança célere pelos planaltos, caverna, lagos, rios, cidades, fazendas, florestas, praias, museus, festas e cozinhas brasileiras, parece-nos que temos ainda que desvendar um pouco mais esta prática”.

Nos exemplos, acima citados por Almeida M., o turismo, apodera-se dos espaços de maneira acelerada. Entretanto, no caso de Terra Indígena, o turismo, ainda que lentamente, alcança os povos indígenas do Brasil.

Nesta perspectiva da discussão sobre os povos indígenas e o turismo, busco “reflexões sobre o espaço ocupado” (MORAES, 2002, p. 27) pelo turismo em Terras Indígenas. A apropriação do espaço dos povos indígenas pelo turismo “são reflexões espaciais não nomeadas como geográficas”? (MORAES, 2002, p. 29). Para Claval (1999, p. 63), comumente “o que se descobre é que os homens, os grupos e os lugares são realidades variáveis, construídas em um momento e em um local precisos. Sua natureza é, ao mesmo tempo, material, histórica e geográfica.” Respalhando-me novamente em Claval (1999, p. 77) pensamos que “dentro da perspectiva que implica a abordagem cultural, a geografia é, fundamentalmente, uma reflexão sobre o espaço dos homens.”

Em decorrência da complexidade do fenômeno turístico, bem como das especificidades das culturas indígenas, reafirmo que se torna significativo esta reflexão sobre ‘povos indígenas e o turismo’. Para quem não se apropria de leituras referentes ao turismo, de fato desconhece ser um “fenômeno complexo que envolve outros fenômenos sociais, culturais e econômicos da sociedade contemporânea.” (LUCHIARI, 2000, p. 108). Contudo, ainda há “reduzido valor e pouca credibilidade ao estudo das repercussões espaciais produzidas pelo turismo.” (RODRIGUES, 1999, p. 78).

A Geografia desenvolve pesquisa sobre o turismo há mais tempo. Todavia, no Brasil, tanto a Geografia como a Antropologia estão tecendo suas primeiras pesquisas

referentes aos ‘povos indígenas e o turismo’. “Mas, afinal que turismo é esse?” (GRÜNEWALD, 2001, p. 54). Turismo indígena? Ecoturismo em Terra Indígena? Etnoturismo? Turismo Étnico? Embora haja contestação sobre a tipologia apropriada para esta atividade turística, as demandas de projetos governamentais e/ou privados de turismo envolvendo os povos indígenas crescem, mesmo não havendo a normatização da Funai para a prática de turismo em Terras Indígenas. Segundo Faria (2007, p. 298):

oficialmente no Brasil, não existe regulamentação, políticas e diretrizes que possam nortear a prática do Ecoturismo Indígena. O que existe é apenas uma cartilha produzida pelo MMA em 1997 que fornece subsídios e orientações sobre a atividade de forma geral sem levar em consideração a identidade territorial e cultural de cada povo e lugar.

Dentro de um fenômeno tão complexo como o turismo, as suas diversas faces são enfrentadas por povos indígenas de maneiras diferentes, desde projetos de turismo que partem de iniciativas dos índios, vistos por eles como forma de ‘inclusão’ e fonte de renda para suprir suas necessidades, a projetos elaborados por grandes empresas que atropelam as comunidades indígenas, tomando suas terras, sendo vistos pelos índios como uma ameaça para sua própria sobrevivência e como forma de ‘exclusão’.

### **Projetos governamentais e/ou privados de turismo em Terras Indígenas**

Consta no *site* da Rota Brasil Oeste a notícia ‘Turismo em Terras Indígenas’ com menção ao interesse de ecoturismo em Terras Indígenas desde o ano de 1996, bem como sobre lideranças indígenas que em 2002 propuseram ao extinto Ministério do Turismo e Esporte a criação de um pólo de turismo no interior da Reserva Xingu. Na referida notícia, ressalto o trecho relacionado às experiências de turismo em aldeias indígenas e as estratégias de programas governamentais:

uma experiência do gênero foi iniciada no Parque Indígena do Xingu há pouco mais de um ano. A comunidade Kamayurá, da parte sul da reserva, se aliou a um grupo hoteleiro estrangeiro para fazer turismo na aldeia [...] A experiência ia ser usada pela Funai como um projeto piloto. A Funai chegou a organizar várias discussões entre as 16 etnias que habitam o Parque, mas a idéia foi repelida pelas demais comunidades. Na época o cacique Aritana – uma das lideranças mais

importantes da região – foi totalmente contra a proposta [...] Assim como o cacique muitos especialistas são radicalmente contra [...] A atividade introduz uma série de elementos na sociedade que tendem à ‘artificialização’ do modo de vida tradicional. Atualmente, uma nova experiência está sendo realizada na comunidade Pataxó de Coroa Vermelha, em Santa Cruz da Cabrália, na Bahia. O projeto existe há quatro anos e segundo a Funai, vem apresentando resultados positivos. A fundação pretende utilizar a iniciativa como base para análises, visando à regulamentação da atividade de ecoturismo. Além disso, a instituição<sup>2</sup> deve formar um grupo de estudo para deliberar a questão. Os projetos futuros também devem envolver outras unidades do governo federal. O Ministério do Meio Ambiente, por meio do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur), já participou de discussões e mostrou-se interessado. (<http://www.brasiloste.com.br/noticia/174>).

Entretanto, o turismo apesar de interessar um número cada vez maior de indígenas, ainda não dispõe de consenso sobre a regulamentação. Mesmo assim, o turismo ocorre em Terras Indígenas e provoca preocupação quanto os impactos para o cotidiano das aldeias.

Outras experiências de turismo em terras indígenas mediante programas governamentais foram executadas ou encontram-se em execução no Ministério do Meio Ambiente (MMA). No Projeto Demonstrativos de Povos Indígenas (PDPI)<sup>3</sup>, iniciou-se no ano de 2004, a execução do projeto, ‘Centro Turístico Éware-Aciu: Casa de Festa de Moça Nova’ entre os Tikuna, na cidade de Tabatinga, no Amazonas. Nos arquivos documentais do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA)<sup>4</sup> consta o financiamento do projeto, ‘Jaquateri Nhemboé’, em Momangá, no estado de São Paulo. Sabe-se que “sua principal meta foi fazer das atividades turísticas, que até então ocorriam na aldeia Aguapeú, uma alternativa econômica rentável e viável para a comunidade indígena.” (JAQUATERI NHEMBOÉ, 2006, p. 8).

Em 2006 durante o edital da (Chamada 3) do componente ‘Ações de Conservação da Mata Atlântica’ do PDA, analisou-se duas proposta de projeto de

---

<sup>2</sup> Em 20.10.06 acessei o *site* da Funai (<http://www.funai.gov.br/quem/endereco/fone/cgpep2.htm>) e identifiquei a Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas e entre seus objetivos está a Promoção de Eventos e Estudos em que aparece ‘Promoção de Seminário sobre Ecoturismo em terras indígenas’.

<sup>3</sup> Entre 2000 e 2001, a equipe do PDPI foi estruturada, sobre o comando de um gerente técnico indígena, indicado pela Coiab. A partir do final de 2001, o PDPI passa a receber propostas de povos indígenas, iniciando seu financiamento a partir de 2003.” (ALMEIDA, F.; SOUZA, 2006, p. 189).

<sup>4</sup> O Ministério do Meio Ambiente – MMA, por meio do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, implementa o PDA, desde 1995 [...] por meio do Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW) [...] e [...] da Agência de Cooperação Técnica Alemã – GTZ.” (MMA, 2006, p. 7).

ecoturismo em Terras Indígenas. A primeira, intitulada 'Ecoturismo na Aldeia Guarani Boa Vista: ampliando a Sustentabilidade Ambiental e Econômica do Uso da Mata Atlântica', na cidade de Ubatuba, em São Paulo, não alcançou a instância de aprovação por decisão conjunta de membros da Comissão Executiva. A segunda, enviada pela Associação Pataxó de Ecoturismo (ASPECTUR), intitulada 'Programa de Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Mata Atlântica na Reserva Indígena Pataxó da Jaqueira – PROJAQ' foi aprovada em abril de 2007.

No caso dos Pataxó do litoral da Bahia, esses povos reinventaram sua etnicidade, grande parte, em torno do turismo, assumindo um papel ativo na implementação de projetos de turismo (GRÜNEWALD, 2001). Ainda para Grünwald (2001, p. 162) "o artesanato Pataxó é uma tradição criada como alternativa econômica diante da demanda turística emergente na década de 1970, mas deve ser visto também por seu aspecto étnico, uma vez que é qualificador dos índios." Segundo este mesmo autor o "turismo seria verdadeiramente criativo de cultura e as tradições produzidas pelos Pataxó e incrementadas turisticamente são autênticas, legítimas, positivas e conotativas da criatividade cultural que lhes é própria." (2001, p. 199).

Vê-se que nesta experiência com os Pataxó do litoral da Bahia, foram alguns índios que tomaram a iniciativa de gerar cultura, acionado especialmente como resposta ao turismo" (GRÜNEWALD, 2001, p. 151), muito diferente do caso dos Tremembé de Buriti e Sítio São José, no litoral cearense, que estão sendo impactados por um grande empreendimento turístico transnacional que visa tomar suas terras e confiná-los em dois pequenos enclaves cercados pela obra.

Para outros povos como a exemplo os Macuxi de Roraima. Estes constituem um povo indígena que se reorganizou, sobretudo, a partir da década de 1970, em torno da reivindicação da demarcação e homologação das suas terras, dentre as quais a Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Essas reivindicações foram feitas por meio de organizações políticas indígenas como o Conselho Indígena de Roraima (CIR). Para os Macuxi, propostas de implantação de projetos de turismo, freqüentemente por parte dos empresários e políticos locais que visavam à exploração das Terras Indígenas, encontraram pouco interesse até anos recentes. Atualmente, com a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua em 15 abril de 2005, alguns

indígenas estão explorando a possibilidade de implantação de projetos de turismo como parte de planos de manejo sustentável desta Terra Indígena. Para Oliveira (2007, p.179):

os resultados práticos de projetos turísticos em territórios indígenas não ocorreram e nem estão ocorrendo com facilidade, pois nem todas as etnias estão organizadas para o turismo [...]. Apenas algumas etnias conseguiram realizar discussões neste sentido, ficando mais evidente as expectativas do que as experiências com o turismo.

O turismo já alcança algumas Terras Indígenas no Brasil, como ressaltai. A exemplo de projetos procedentes de propostas privadas lê-se: “em Itapipoca, em duas aldeias Tremembé: São José e Buriti, [...] problema sério tem lá: a construção de uma cidade turística internacional, de interesse de um grupo espanhol.” (CARTA DOS POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ À MINISTRA MARINA SILVA, 20/09/2004).

Em outra carta, as lideranças indígenas persistem em relatar a invasão deste grupo espanhol, nas comunidades, Sítio São José e Buriti. Afirmam que:

desde 2002 enfrentamos uma luta pesada contra essa empresa que quer construir uma cidade turística internacional em nossas terras. Podemos dizer que já foi dado início as construções pela empresa, mesmo contra a liminar em Ação Civil Pública a nosso favor, do Ministério Público Federal. Eles estão se aproveitando da nossa terra ainda não estar demarcada pela FUNAI. Pretendem expulsar nossas famílias das nossas terras de origem para outro lugar. As nossas comunidades são cheias de belezas naturais: matas, lagoas, rio, manguezal, água limpa, ar puro, e não aceitamos esse mega projeto, não queremos ver nossas água poluídas, nossa mata devastada, nossos animais mortos. É da caça, da pesca e da agricultura que vivemos. Como estamos lutando contra essa invasão na justiça, essa empresa está fazendo tudo para nos amedrontar, pois foram capazes de colocar parte dos nossos parentes contra nós, mesmo em troca de dinheiro. Contam com o apoio da prefeitura de Itapipoca e do governo do estadual. Mas, não desistimos de lutar, enfrentamos perseguições frente a frente com nós, lideranças Tremembé. (CARTA ABERTA AOS AMIGOS APOIADORES DA NOSSA LUTA, 20/10/2007).

Conforme apresenta o *site*<sup>5</sup> do ‘Nova Atlântida – Cidade Turística e Residencial’, este é um projeto de um consórcio de 17 empresas que cobriria uma superfície de trinta e dois milhões de metros quadrados, incluindo 27 hotéis de cinco estrelas, hotéis de luxo pequenos, 7 campos de golfe, é segundo o *site* “o maior

---

<sup>5</sup> <<http://www.gruponovaatlantida.com/english/index.htm>>. Acesso em 21/07/2007.

complexo turístico residencial do mundo”. A área total da primeira fase de desenvolvimento abrangeria 11.000.000m<sup>2</sup>.

A notícia internacional ‘Brasil: indígenas se mobilizam contra complexo turístico’ veiculada em, 10 de outubro de 2006, reflete a ameaça que aflige estes mesmos índios Tremembé das comunidades Sítio São José e Buriti no Distrito de Marinheiros/Baleia no município de Itapipoca no estado do Ceará. Na referida notícia consta:

unos 200 indígenas pertenecientes a comunidades tremembés mantienen desde hace un mês un campamento para protestar contra la construcción de un complejo turístico a orillas del río Mundaú, em el norteño estado de Ceará. La empresa de capitales españoles Nova Atlântida pretende construir ese centro turístico desde 2002, pero la oposición de los indígenas ha demorado el proyecto. Los manifestantes exigen que antes de avanzar con las obras, la estatal Fundación Nacional del Indio (FUNAI) demarque las tierras que pertenecen a los indígenas. Entienden que la llegada de los inversores constituye una “invasión a tierras ancestrales”, y advierten que el atropello privado seguirá adelante si no intervienen los organismos gubernamentales. Una de las opositoras, Adriana Carneiro de Castro, denunció que las familias que están acampando con el propósito de impedir el transporte de materiales para las obras del complejo, están siendo víctimas de “permanentes amenazas” por parte de policías contratados por la empresa.

[www.radiomundoreal.fm/rmr/?q=es/node/2006](http://www.radiomundoreal.fm/rmr/?q=es/node/2006).

Conforme dados apresentados por Valle (2004; 2005; 2007), os Tremembé do litoral do Ceará constituem uma população de mais de 5.000 pessoas. Nos séculos XVI e XVII os Tremembé ocupavam o litoral entre o Pará e o Ceará. Com a colonização, aldeamentos missionários foram criados como Tutóia e Aracati-Mirim. Em 1766 a missão de Aracati-Mirim tornou-se uma freguesia de índios e foi rebatizado de Almofala. Em 1858 a diretoria de índios foi suprimida por lei provincial e no final do século XIX a povoação e a igreja foram sendo cobertas por dunas. Invisibilizados como um grupo étnico no final do século XIX, vêm surgindo identidades Tremembé ao longo das últimas décadas, processo pesquisado por Valle, que usa a noção de “campo semântico da etnicidade” para analisar os processos de reelaboração étnica. As pessoas que atualmente se identificam como índios Tremembé habitam Almofala, e Tapera, na boca do rio Aracati-Mirim (município de Itarema); a Terra Indígena Córrego João Pereira (municípios de Itarema e Acaraú); e as comunidades de Buriti e Sítio São José (município de Itapipoca).

O empreendimento ‘Nova Atlântida – Cidade Turística e Residencial’ está avançando sobre as comunidades Sítio São José e Buriti e provoca conflitos entre famílias de ambas as comunidades. Nestas comunidades, em que parte da população veio a se identificar como Tremembé posteriormente à pesquisa de Valle (2004), ser índio Tremembé tornou-se símbolo da resistência contra este projeto turístico.

Nas minhas visitas *in loco*<sup>6</sup> às comunidades Tremembé do Ceará, no município de (Acarauá e Itarema)<sup>7</sup> e Itapipoca, permitiu-me o contato com algumas lideranças indígenas. Os seus depoimentos revelam os conflitos ocasionados pela interferência deste empreendimento turístico entre os Tremembé de Sítio São José e Buriti. A liderança indígena da Comunidade Buriti, Erbene Rosa Veríssimo teme o surgimento de novos conflitos ocasionados por este empreendimento, bem como o avanço de suas construções. Segundo ela, já existe

perto do sítio São José um empreendimento, fizeram três almoxarifados de mudas de plantas. Eles não estão construindo os hotéis, mas estão trabalhando, oferecendo emprego pra comunidade. Vão começar outra construção. Essas benfeitorias impede as terras indígenas.

Esta mesma liderança indígena mostrou-me uma planta da cidade turística projetada pelo empreendimento. Nesta planta é possível visualizar que a intenção dos investidores internacionais é de encurralar os Tremembé destas duas comunidades em dois pequenos enclaves com casas populares cercados pelas obras turísticas. Dessa forma, os investidores com promessa de salários aos Tremembé, como se a empresa estivesse beneficiando as comunidades se apropriam tanto das áreas produtivas das Terras Indígenas, como dos seus elementos naturais vislumbrados como recursos potenciais de beleza cênica ao mega projeto. Em outro depoimento, Erbene, afirma:

são 3225 hectares, Buriti e São José. Famílias, têm mais de 200. Eles queriam dar 1000 hectare para toda a comunidade morar e trabalhar. Não tem condições, uma casa emendada com as outras, como na cidade, uma casinha sem muda. Eles dão um salário, não é suficiente pra uma família. Não teria como cultivar, seria tudo comprado. (ERBENE ROSA VERÍSSIMO, jan., 2007).

<sup>6</sup> Realizadas 06 a 12/01/2007 e de 11 a 15/07/2007. Datas em que obtive vários depoimentos.

<sup>7</sup> Nesses municípios, Valle (2004), realizou suas pesquisas junto aos Tremembé, em diferentes situações, no litoral de Almofala; em Varjota e Tapera e também em São José e Capim-açu (Córrego João Pereira).

Nas palavras de uma moradora da comunidade Buriti, revelam-se às tentativas da empresa de aliciar os habitantes destas duas comunidades. Ela informa:

o pessoal ganha quatrocentos reais por mês. Pagamento de quinze em quinze dias, sem carteira assinada. Férias, não se sabe se tem. A ocupação é de vigia, nas hortas. Aguando e adubando, tomando conta dos terrenos e das casas. Outros trabalham nos viveiros de camarão. Eles ocupam mais gente como vigia. (LUZIA DE SOUZA CARNEIRO, jan., 2007).

Outro morador de Buriti assinalou: “aqui é o seguinte, a gente sabia sempre que o povo era índio, mas não podia falar [...] botavam a gente para correr. Meus avós, meus bisavós eram todos daqui. Não falava que era índio porque tinha medo” (RAIMUNDO CARNEIRO DE SOUZA, jan. 2007). Este depoente acrescentou que:

após o falecimento de Euclides Carneiro, que se dizia dono das terras, sua viúva arrumou documento falso e vendeu a um coronel de Trairí que vendeu para os espanhóis, há mais de vinte anos. Eles querem tomar tudo, e nós ficamos onde? A luta é meio difícil. Aqui está lutando índio contra índio.

A liderança de Buriti, Erbene, esclareceu que a empresa contratou um morador de Sítio São José para pagar os vigias que estavam trabalhando para a empresa e servir de intermediário. Em outro depoimento, em julho de 2007, esta mesma liderança afirmou:

tive informação que estavam fazendo reunião com os vigias. Eles dizem não ser funcionário da Nova Atlântida, mas de uma empresa que deu o curso (oferecido para treinamento de vigias) para eles. A Nova Atlântida já tem processo contra ela, mas está colocando outras empresas, mas são parceiras” (ERBENE ROSA VERÍSSIMO, julho. 2007).

Vê-se que o turismo, ainda que lentamente, vem alcançando os espaços de diferentes povos indígenas no Brasil. Independente da maneira que as propostas de turismo cheguem aos povos indígenas, pressuponho que estes povos sejam impactados por elas, e/ou se apropriam das propostas turísticas privadas e/ou governamentais. Estes projetos de turismo para os povos indígenas, tendem a tratá-los de forma homogênea.

Entretanto, há de levar em consideração que cada povo tem suas próprias histórias e culturas diversas. Para Ramos (1986, p.11):

tentar caracterizar em bloco as sociedades indígenas [...] é correr o risco de generalizar sobre uma realidade que, apesar de tudo, ainda é altamente diversificada. Não há duas sociedades indígenas iguais. Mesmo quando ocupam zona ecológicas semelhantes, elas mantêm sua individualidade, tanto no plano das relações sociais como no campo simbólico. Portanto, não é possível explicar a lógica sociocultural dessas sociedades simplesmente por fatores ecológicos ou por determinações econômicas.

## **Conclusão**

O turismo em terras indígenas abrange uma grande variedade de fenômenos, desde iniciativas de povos indígenas de desenvolver projetos turísticos em suas terras para complementar sua renda, a projetos impostos por grandes empresas, sem anteriormente consultar as populações atingidas. Nas comunidades Tremembé de Buriti e Sítio São José, o empreendimento turístico 'Nova Atlântida – Cidade Turística e Residencial' se configura como uma forma de turismo com investimentos internacionais consorciados que desconsidera os direitos constitucionais dos povos tradicionais destas duas comunidades. O interesse dos investidores ultrapassa os direitos dos índios. O processo de exclusão é evidente, pois em lugar de respeitar o espaço das Terras Indígenas, que representam seus modos de vida, suas cosmologias e sua fonte de sobrevivência, o empreendimento procura estabelecer relações altamente assimétricas com os Tremembé de Buriti e Sítio São José, aliciando alguns com salários para negar a identidade indígena e, desta maneira, criar conflitos internos. Representa uma atuação de grandes empresas altamente prejudicial para estes povos indígenas do litoral do Ceará.

## **Referências**

ALMEIDA, Fábio Vaz R. de; SOUZA, Cássio Inglez de. Projetos para a sustentabilidade das TIs. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Editores).

*Povos indígenas no Brasil: 2001-2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. Capítulo V, p. 187-253.

ALMEIDA, Maria Geralda. A produção do ser e do lugar turístico. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise. (Orgs.). *O Panorama da geografia brasileira 1*. São Paulo: Annablume, 2006. Parte II, p. 109-122.

ALMEIDA, Maria Geralda. (Org.) *Paradigmas do turismo*. Goiânia: Alternativa, 2003.

Brasil: indígenas se mobilizam contra complexo turístico. Disponível em: <<http://www.radiomundoreal.fm/rmr/?q=es/node/2006>>. Acesso em: 12 de nov. 2006.

BURNS, Peter M. *Turismo e antropologia: uma introdução*. São Paulo: Chronos, 2002.

CARTA ABERTA AOS AMIGOS APOIADORES DA NOSSA LUTA. SOCIEDADE TREMEMBÉ SÃO JOSÉ E BURITI, Itapipoca – Nordeste do Brasil, 20 DE OUT., 2007.

CARTA DOS POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ À MINISTRA MARINA SILVA, Maria Amélia Leite, Secretária Geral da Associação Missão Tremembé, 30/09/2004, In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Editores Gerais). *Povos indígenas no Brasil: 2001-2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006, Capítulo 9, p. 559-559.

CLAVAL, Paul. A geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Zeny;

CORRÊA, Roberto Lobato. *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

ERRINGTON, Fred; GEWERTZ Deborah. Tourism and Anthropology in a Post-Modern World. *Oceania*, Sydney University Press, v. 60, n. 11, p. 37-54, 1989.

FARIA, Ivani de. Ecoturismo indígena como princípio de autonomia e afirmação cultural. In: SEABRA, Giovanni. (Org.). *Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Editora Unversitária UFPB, 2007. p. 287-308.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. *Os índios do descobrimento: tradição e turismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2001.

JAQUATEREI NHEMBOÉ: caminhando e aprendendo comunidade Guarani-Mbya do Agrapeú. Brasília: MMA, 2006.

LUCHIARI, Maria Thereza D. P. Urbanização turística um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, Celia; BRUHNS, Heloísa Turini; LUCHIARI, Maria Thereza D. P. (Orgs.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas, SP: Papirus, 2000. Capítulo V, p. 105-130.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. SUBPROGRAMA PROJETOS DEMONSTRATIVOS PDA. Componente ações de conservação da mata atlântica: chamada 3 projetos de âmbito local e regional. Brasília: MMA, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORETON-ROBINSON, A.; RUNCIMAN, C. Land Rights in Kakadu: self management or domination. *Journal for Social Justice Studies*, Special Edition Series, Contemporary Race Relations, vol. 3, p.75-88, 1990.

NASH, Denison. Tourism as an Anthropological Subject. *Current Anthropology*, v. 22 n.5, p. 461-481, 1981.

NOTZKE, Claudia. Indigenous Tourism in the Arctic. *Annals of Tourism Research*, vol. 26, n. 1, p.55-76, 1999.

Nova Atlântida – Cidade Turística e Residencial. Disponível em:

<<http://www.gruponovaatlantida.com/english/index.htm>>. Acesso em 21/07/2007.

OLIVEIRA, Vanderley Mendes de. Turismo em territórios indígenas e diversidade cultural. In: SEABRA, Giovanni. (Org.). *Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Editora Unversitária UFPB, 2007. p. 169-187.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004.

Povos indígenas no Brasil. Disponível em:

<<http://www.socioambiental.org/pib/epi/macuxi/ident.shtm>>. Acesso em: 20 de out. 2006.

RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades indígenas*. São Paulo: Editora Ática. 1986.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e espaço: rumo ao conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec. 1999.

Turismo em áreas indígenas. Disponível em:

<<http://www.brasiloste.com.br/noticia/174>>. Acesso em: 20 de out. 2006.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. Experiência e semântica entre os Tremembé do Ceará. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.) *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004. p. 281-341.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. Torém/Toré: tradições e invenção no quadro de multiplicidade étnica do Ceará contemporâneo. In: GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. (Org.) *Toré: regime encantado do índio do Nordeste*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2005, p. 221-256.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. Tremembé: Enciclopédia: Povos Indígenas no Brasil: ISA, 17 páginas. Disponível em:

<<http://www.socioambiental.org/pib/epi/tremembe/print.htm>>. Acesso em: 01 de jun. 2007.

Recebido para publicação em setembro de 2008

Aprovado para publicação em outubro de 2008